

Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea

Secretaria Executiva: Rua Santo Antônio, 239 | Rebouças |

Curitiba/PR | CEP: 80.230.120

https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Comite-da-Bacia-Litoranea

2

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA LITORÂNEA.

Ao décimo sétimo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze 3 horas, pela plataforma zoom, iniciou-se a 8ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia 4 Hidrográfica Litorânea, diante da presença de: JOSÉ EDUARDO GONÇALVES do Siste-5 ma Meteorológico do Paraná – SIMEPAR; CHRISTINE DA FONSECA XAVIER, do Insti-6 tuto Água e Terra; DANIELLE PRIM do IAT/DIGET; PEDRO PISACCO PEREIRA COR-7 **DEIRO**, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA; **JACKSON CE-**8 SAR BASSFELD, da Prefeitura de Pontal do Paraná; EDENILSON REVENO MACHADO, 9 da Paranaguá Saneamento S.A.; PAULA FOLTRAN e TIAGO MASSANEIRO SUCEK, 10 da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR; JEAN ALEXANDRE GASPARIN 11 e LINCOLN TEIXEIRA, da cooperativa agroindustrial brasileira – COAMO; PAULO HEN-12 RIQUE CARNEIRO MARQUES e VICENTE DE PAULA ATAIDE da Universidade Fede-13 ral do Paraná – UFPR; LUCIENE RIBEIRO, do Conselho Regional de Biologia da 7ª Regi-14 ão - CRBIO 07; EUCLESIO MANOEL FINATTI, do Conselho Regional de Engenharia e 15 Agronomia do Paraná – CREA/PR; CAMILA FREITAS e MÔNICA IRION, da Companhia 16 Paranaense de Energia - COPEL; LUIS ALBERTO LOPEZ MIGUEZ, do Instituto de En-17 genharia do Paraná – IEP; RODRIGO TORRES e NILTON BARTH FILHO do Instituto 18 Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; FERNANDO ARMANI, da 19 Associação Paranaense dos Engenheiros Ambientais – APEAM; ROGÉRIO ROSSI HO-20 21 ROCHOVSKI, do Observatório de Justiça e Conservação – OJC; MARCOS RACHWAL, do Centro de Estudos e Defesa e Educação Ambiental – CEDEA; JAQUELINE MONTEI-22 23 RO OLIVEIRA, da Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina – ADEMADAN; EDSON SOARES DE MENDONÇA, do Serviço Autônomo Municipal 24 de Água e Esgoto de Antonina – SAMAE; MARIANA AZEVEDO, da Prefeitura Municipal 25 de Paranaguá; CAROLINE WILLRICH, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas -26 FUNAI; PALOMA GERLACH RIBAS e LUCINEIDE MARANHO do Instituto Água e Terra, 27 da Secretaria-Executiva Comitê. 28 do 29 1. ABERTURA: A Sra. Lucineide informou o atingimento do quórum e sobre a gravação 30 da reunião para validação. Como o presidente do comitê, Sr. Euclesio ainda não havia entrado na reunião, o Sr. Jackson, 1º Vice-presidente seguiu com a abertura. O Sr. Jackson 31

agradeceu todos os presentes e abriu a palavra para o Sr. Lincoln dar as boas vindas a



34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea

Secretaria Executiva: Rua Santo Antônio, 239 | Rebouças |

Curitiba/PR | CEP: 80.230.120

https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Comite-da-Bacia-Litoranea

todos. A Sra. Lucineide agradeceu todos os presentes e informou os procedimentos para o bom transcorrer da reunião. O Sr. Jackson solicitou a projeção da pauta, composta pelos itens a seguir: 1. Abertura; 2. Posse de novos representantes; 3. Aprovação das atas da 6ª e 7ª Reuniões Extraordinárias; 4. Aprovação do Termo de Referência para contratação de plano de bacia. 5. Resultados da Expedição pela Bacia Litorânea; 6. Resultados do 2º Encontro Estadual de Comitês de Bacia. 7. Assuntos Gerais 8. Encerramento. 2. POSSE DE NOVOS REPRESENTANTES: A Sra. Paloma informou que o Sr. Rodrigo Torres passou de representante suplente para titular pelo ICMBio, assim como, o Sr. Paulo Maier foi indicado como representante na CTINS, também informou que a Sra. Jaqueline Oliveira foi indicada como representante titular pela ADEMADAN. O Sr. Jackson, na condição de vice-presidente, deu posse ao novo representante presente na reunião. 3. APROVAÇÃO DAS ATAS DA 6ª E 7ª REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS: O Sr. Jackson informou que a ata foi enviada previamente aos representantes, dessa forma dispensouse a leitura da ata e abriu a palavra para manifestações. A Sra. Paloma informou que a Sra. Danielle Prim solicitou a correção de erros de digitação em ambas atas, assim como, a inclusão da fala da Sra. Paloma e Sra. Lucineide sobre a votação dos outros comitês com relação a Resolução SEDEST 42 na ata da 7ª reunião extraordinária. A Sra. Paloma projetou a ata em tela e explicou que foi realizada a inclusão solicitada nas linhas 103 a 106, finalizou informando que não foram recebidas outras solicitações. O Sr. Jackson colocou as atas em aprovação, sem manifestações, as atas foram aprovadas. Antes de seguir ao próximo item de pauta, a Sra. Paloma informou que o Sr. Euclesio havia entrado na reunião, o qual deu bom dia a todos e solicitou o prosseguimento da reunião. 4. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PLANO DE **BACIA.** O Sr. Jackson iniciou lendo a pauta. A Sra. Paloma informou sobre a iniciativa do IAT de realizar os processos de licitações este ano para revisão e atualização de todos os planos de bacia dos comitês do estado. Foi elaborado um termo de referência padrão completo e técnico pelos comitês, que foi trabalhado durante uma reunião da CTINS. A Sra. Paloma informou que o Sr. Fernando representante da CTINS pediu a palavra. O Sr. Fernando informou que após os membros avaliarem e discutirem questões que cabiam ao litoral, essas informações foram incorporadas ao termo de referência. O Sr. Fernando disse que havia a necessidade de fazer essa revisão, como os produtos estavam desatualizados, inclusive gerou algumas dificuldades no trabalho. Para implementar as cobranças dos recursos hídricos, tiveram que ter diversas conversas com o IAT por conta destes pro-



67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea

Secretaria Executiva: Rua Santo Antônio, 239 | Rebouças |

Curitiba/PR | CEP: 80.230.120

https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Comite-da-Bacia-Litoranea

dutos estarem desatualizados no plano. O Sr. Euclesio perguntou se a nível da CTINS a proposta estaria aprovada. O Sr. Paulo pediu a palavra, e perguntou sobre o GT de mata ciliar que está em andamento e ainda não chegou a um relatório, perguntou se poderia ser editado esse termo posteriormente. A Sra. Lucineide prontamente respondeu que sim. O Sr. Paulo acrescentou que o TR está bastante completo e que a pauta da última reunião poderia ter sido resolvida se o termo estivesse atualizado. A Sr. Paloma reforçou que o primeiro produto do termo de referência padrão seria a complementação desse termo de referência pelos comitês, e informou que será discutido na CTINS e na plenária. A Sra. Danielle Prim perguntou se o termo de referência seria padrão para todas as atualizações futuras de planos de bacia, incluindo o deles. A Sra. Lucineide respondeu que sim e que também terá outros focos não comentados, incluindo em aditivos as especificidades de cada comitê. A Sra. Danielle Prim deu uma sugestão de, se possível, a inserção do Zoneamento Ecológico-Econômico que inclusive serviu de base para o plano de bacia do litoral, que por mais que seja em uma escala de menor detalhe, este plano tem variáveis levantadas que são interessantes colocar. O Sr. Rodrigo perguntou se existe algum item com foco em impactos dos eventos climáticos extremos na questão da disponibilidade hídrica ou algo do gênero. A Sr. Paloma respondeu que sim, está previsto. O Sr. Rogério fez algumas colocações; no item 3.2.4 onde é conceituado a cobrança pelo direito do uso de recursos hídricos, sentiu falta de uma menção expressa com relação ao componente de PSA. O Sr. Rogério sugeriu que essa cobrança além de ser uma remuneração pelo uso do bem público e para incentivar o uso racional, ela também deve ser entendida como pagamento por serviços ambientais; No fim do mesmo tópico – onde deve ser destinado o que for arrecadado – o Sr. Rogério sugere que o que for arrecadado também possa ser destinado aos PSA e não apenas pela ligação direta entre medição de volume e pagamento da forma que é adotado na outorga; No item 6.5.1 sobre usos consuntivos, questionou se no termo de referência não deveria especificar o mínimo de informações para a empresa que venha a elaborar os planos de bacias. O Sr. Rogério voltou ao assunto dos PSA, com relação a um dos usos - colocado como não consultivos - é a proteção ambiental, concordou com a descrição, mas comentou que deve ser pensado sobre a questão de "produção de natureza". Sua última sugestão é, conforme descrito no item 8, onde estiver descrito no documento consulta pública seja alterado para audiência pública. O Sr. Euclesio questionou se essas sugestões estavam sendo anotadas e a Sra. Lucineide respondeu que sim, estavam sendo gravadas. A Sra. Monica perguntou quais foram as moti-



100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea

Secretaria Executiva: Rua Santo Antônio, 239 | Rebouças |

Curitiba/PR | CEP: 80.230.120

https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Comite-da-Bacia-Litoranea

vações do IAT para recontratar os planos de bacias, pois considera o plano atual bom e que os recursos destinados para as novas contratações será alto. A Sra. Paloma explicou que, na verdade o plano tem a necessidade de passar por revisões e que na época em que foi elaborado não existiam alguns softwares e programas que existem hoje, no próprio plano da litorânea existem algumas falhas, por exemplo, alguns dados obtidos na época e agora com esses dados padronizados em um sistema, o plano ficará mais eficiente. A ideia é dar um equilíbrio para os comitês de bacias para que todos possam trabalhar do mesmo ponto e incrementar cobranças, uma vez que vários comitês não possuem planos. Complementou informando que serão todos feitos juntos para que possam ser realizadas análises conjuntas, sem "quebrar" as bacias, citando a Bacia do Iguaçu, que possui mais de um comitê em sua área total, reforçando que essa análise permitirá melhor análise para o enquadramento. Também colocou que existem outros comitês que possuem planos de bacia, mas que estes estão muito antigos, como é o caso do CBH Coaliar. A Sra. Paloma também respondeu uma observação do Sr. Rogério, o pagamento por serviços ambientais tem mecanismos específicos de arrecadação e de destinação desses valores, além de dependerem de leis municipais instituindo o PSA no município. A Sra. Mônica comentou sua preocupação com um plano novo, pois fica a sensação de que irão começar do zero, também indicou refletir sobre os recursos públicos que serão destinados. A Sra. Paloma informou que o plano vai ser revisado e não começado do zero e a cobrança já está sendo trabalhado pela CTINS, e reforçou que as ações propostas no plano da bacia litorânea ainda não terem sido realizadas devido aos recursos das cobranças. A Sra. Danielle Prim, reforçou que na última reunião foram solicitadas curvas de vazão atualizadas, e também ficou com a mesma dúvida da Sra. Mônica, e que verificou que o plano atual estaria vigente até 2035. O Sr. Paulo comentou que o próprio plano informa que deve ser revisado após 5 anos para atualização de dados, dos cenários de disponibilidade hídrica, curvas de vazão, cenários de demanda hídrica. Seguiu abordando que estão chegando a primeira revisão do plano sem ter sido realizada nenhuma das ações indicadas para efetivação do enquadramento, sendo essa a prioridade, pois envolve estudos específicos como, canais e seus traçados, remoção de cargas orgânicas, diagnóstico de recuperação de matas ciliares. Finalizou informando que é necessário atualizar dados, e que fica uma autocrítica ao comitê, para tirar as ações do papel. O Sr. Euclesio concordou com todas as colocações, e que acredita que é importante a revisão, todavia, nada impede que enquanto ocorre a revisão o comitê continue fazendo o que acredita que deve ser



133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea

Secretaria Executiva: Rua Santo Antônio, 239 | Rebouças |

Curitiba/PR | CEP: 80.230.120

https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Comite-da-Bacia-Litoranea

feito. Informou que o comitê já emitiu uma série de ofícios solicitando informações ao IAT, Sanepar, entre outros, e que todos eles são frutos das discussões, e que ações estão sendo tomadas. Reforçou que a CTINS também trará informações na próxima reunião, e que embora pareça que o comitê não está andando, existem ações sendo realizadas. A Sra. Paula agradeceu ao Sr. Euclésio pela sua atuação como presidente do CBH Litorânea. Percebe que realmente algumas coisas estão andando, todavia, concorda com a Sra. Monica e Sr. Paulo, que o plano do comitê é novo e bom. Seguiu comentando que no CBH Coaliar também possui o mesma questão, de possuir plano sem ações terem sido realizadas. Em sua visão acredita que falta alguém para executar as ações do plano, diz que o executor não é o comitê e questionou quem é executor das ações? Prosseguiu comentando sobre o CBH Coaliar, sobre as análises que estão realizando no plano deles e o que a Sanepar realizou um esforço de reunir várias gerências para analisar o que foi prometido e executado no plano, por parte da empresa. Seguiu abordando que a Sanepar foi onerada, pois as únicas ações estruturais citadas eram para eles, para construção de estações de tratamento e ampliação de rede de esgoto, as quais foram realizadas com recursos da Sanepar apenas. Informou que além disso, a Sanepar também paga para o comitê, pela cobrança, sendo que o recurso desde 2013 está sendo cobrado e pago, porém até hoje não foi aplicado nas ações previstas no plano do Coaliar. Continuou dizendo que não é questão de fazer o plano ou não, mas que se as coisas estão andando bem e as ações sendo realizadas, realmente tem que ser atualizado, todavia, ter o plano e não fazer nada, cobrar e não aplicar, diz não saber qual conta vai os valores e que acredita que acontecerá o mesmo com os outros comitês. Perguntou se o IAT irá se preocupar com isso, pois coloca os comitês em descrédito, que não tem problema a instituição pagar pelo uso de recursos hídricos, desde que haja aplicação. Finalizou perguntando novamente sobre quem irá executar as ações do plano, e que essas devem ser mais realistas. O Sr. Marcos concordou com os outros representantes, diz acreditar que os valores da cobrança não serão suficientes para custear todas as ações, dizendo pensar na iniciativa privada, que deveriam ser contatados. Finalizou questionando se o dinheiro para revisão do plano não poderia ser aplicado nos programas e esperar para atualizar o plano. O Sr. Rogério colocou que o PSA que citou se referia ao "gênero e não espécie", dizendo não ver óbice nenhuma em o comitê criar, em sua jurisdição, normas de PSA. Seguiu comentando que a iniciativa de revisão do plano vem de fora do comitê e que o mesmo até o momento foi elogiado e ainda possui uma janela de vigência para mais 11 anos, sendo a única defi-



166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea

Secretaria Executiva: Rua Santo Antônio, 239 | Rebouças |

Curitiba/PR | CEP: 80.230.120

https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Comite-da-Bacia-Litoranea

ciência a execução das ações. Continuou informando que se alinha com as manifestações e questiona o que o comitê pode colocar aos integrantes do próprio comitê, no sentido de saber se o comitê pode não aceitar a revisão e solicitar apoio mais efetivo para executar as ações, votando nesse sentido. Prosseguiu informando que, conforme reunião anterior, existe uma iniciativa no "atacado" do estado e que não contempla as realidades específicas de cada região. Pontuando que enquanto tem comitês que não possuem plano, existem outros com plano de 2019, considerando um TR que em si não tem problema, pois em sua leitura, só fez 4 observações, mas não acha correto "pintar" o estado com o mesmo pincel. Finalizou sugerindo avaliar regimentalmente um encaminhamento para não revisar o plano nesse momento e sim implementar alguma ação. A Sra. Paloma informou que tentaria explicar o que fosse possível, considerando que tem apenas 7 meses de experiência no estado. Comentou que o que sabe sobre o CBH Coaliar é que as ações não foram implementadas devido ao edital existente, o qual está sendo trabalhado na CTINS para rever o direcionamento dos recursos, pois no princípio haviam elencado apenas ações estruturais que não poderiam ser realizadas com o dinheiro da cobrança, pois não seria suficiente. Sendo que o próprio CBH Coaliar havia decidido por esperar o acúmulo de um montante maior para realizar as ações. Seguiu explicando sobre a necessidade de um agente técnico financeiro, pelo que recebeu de informações, foi aprovada a contratação deste agente e que a partir disso, cada comitê teria uma conta específica para recebimento dos recursos da cobrança, ficando separado de outros recursos que o Estado possa vir a receber, sendo que esse era um dos entraves para a aplicação desses valores. Prosseguiu abordando sobre o IAT, ressaltando que o órgão não havia realizado concursos para contratação de servidores desde 1992, sendo que somente agora foram contratados mais de 200 novos servidores, então o órgão estava sem "braços" para realizar diversas ações, sendo que esse pode ter sido um dos motivos pelo qual muitas coisas não "andaram". Finalizou informando que de sua parte, a ideia é que as coisas passem a ser realizadas e o que estiver ao seu alcance será feito. O Sr. Jackson disse entender todas as manifestações, todavia demostrou sua preocupação com relação ao gap em função de quando foi realizado o plano e os tempos atuais, entende que a possibilidade de revisão poderá auxiliar o comitê com soluções inovadores, indicadores de desempenho, conformidade legal e institucional, assim como, com a participação e engajamento da sociedade. Continuou informando que não descarta a importância da revisão desse documento e como as ferramentas metodológicas evoluíram rapidamente, finalizando que não



199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea

Secretaria Executiva: Rua Santo Antônio, 239 | Rebouças |

Curitiba/PR | CEP: 80.230.120

https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Comite-da-Bacia-Litoranea

podem descartar a possibilidade de revisão do plano devido aos inúmeros benefícios que isso trará. O Sr. Paulo concordou com o Sr. Jackson sobre a necessidade de atualização de diversos itens, mas talvez pudessem ver uma alternativa atualizando somente os dados e não o plano todo, exemplificando que o plano atual detectou lacunas na rede de monitoramento e decidiram na aprovação do plano que deveria ser feito um estudo para definir uma nova rede com pontos a mais, não apenas fluviométrico, mas de qualidade da água. Sendo que a revisão vai pontuar essa mesma lacuna, sendo essa a autocrítica, de revisar sem ter visto os indicadores planejados no primeiro plano funcionam. Finalizando que fica no meio termo entre a necessidade da licitação e a ideia dela refazer todo o plano, pois isso seria contraproducente, pois muitas coisas pontuadas anteriormente, serão pontuadas novamente. A Sra. Paula reforçou sua preocupação sobre quem será o executor das ações do plano, mesmo com a contratação de novos servidores, porém concorda com a sugestão dos Srs. Paulo e Rogério, no sentido de não dizer nem sim e nem não para o plano, mas discutir outras possibilidades. O Sr. Rogério reforçou que suas pontuações se referem a instituição IAT e não aos servidores, comentou que a contratação de novos servidores se deu pela necessidade principal do licenciamento, sendo que esse ponto melhorou, mas as ações relacionadas a execução das ações dos planos de bacia não. Continuou sugerindo a aprovação do TR com a proposição de alterações, já prevendo no título que se trata de uma revisão, nominando no TR os estudos citados pelo Sr. Paulo e que já estão citados no plano atual do comitê. Finalizou questionando sobre a necessidade de aprovação na data da reunião, se não, formar um grupo para revisar o TR e propor alterações, para indicar o que deve ser revisado e o que deve ser mantido do plano atual, citando como exemplo os planos diretores dos municípios, que "já nascem" como uma revisão. A Sra. Neiva informou que faz parte da CTINS e questionou sobre a contratação global de revisão e elaboração de alguns planos, se existe alguma indicação do Tribunal de Contas e/ou Ministério Público. Perguntou também se existe algum plano de bacia no estado que já foi revisado, além de perguntar se seria possível em outro momento o CBH Litorânea revisar o plano, caso não aceite revisar nesse momento. Também colocou para o comitê, que diante de tudo que foi colocado, o fato de que nenhuma ação foi desenvolvida, embora o plano tenha sido muito bem trabalhado pela CTINS em sua implementação, informou que a empresa contratada provavelmente observará esse plano anterior. A Sra. Paloma informou que nenhum plano foi revisado no estado ainda, que todos serão revisados nessa licitação atual e que os recursos foram disponibilizados recen-



232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea

Secretaria Executiva: Rua Santo Antônio, 239 | Rebouças |

Curitiba/PR | CEP: 80.230.120

https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Comite-da-Bacia-Litoranea

temente para isso, porém não sabe informar se no futuro será disponibilizado novo recurso. Sendo que essas revisões e elaborações estão considerando o plano de efetivação do enquadramento previsto no Plano Estadual de Recursos Hídricos, que tem como horizonte final o ano de 2040. Informou que existe uma ação do tribunal de contas em que consta que até 2027, todos os comitês deverão ter seus planos de bacia. Reforçou que o plano da bacia litorânea será considerado, mas que existe a necessidade de reavaliação de todos os produtos. Complementou informando que as empresas trabalharão com dados secundários e não haverá coleta de dados primários, uma vez que o valor ficaria muito mais elevado e o horizonte de entrega do plano ficaria muito longo. Finalizou ressaltando que a ideia seria equilibrar todos os comitês. A Sra. Neiva agradeceu ao trabalho da secretaria executiva. O Sr. Euclesio abordou que o Sr. Fernando, em nome da CTINS, aprovou o TR, todavia, prosseguiu considerando os que os outros representantes colocaram, de que poderiam seguir com as discussões na CTINS para fazer um documento pontuando algumas revisões e não o plano todo, para ser enviado ao IAT. Reforçou que o comitê possui liberdade para seguir como acredita ser melhor e que devem, sim, revisar, mas com as alterações necessárias ao TR. Marcando uma posição, não de negação, mas de ajuste do que é importante, através da CTINS, questionando o SR. Fernando se acredita ser um encaminhamento razoável. O Sr. Fernando informou que o plano precisa ser revisado, pois os dados que ele possui são até difíceis de serem trabalhados, sendo que o produto 16, de programa de intervenções, deverá ser implementado com os recursos da cobrança, sendo que muito do que está sendo solicitado na reunião provém desses programas de intervenções. Continuou questionando se o IAT poderá pagar a implementação do programa de intervenções ao invés de atualizar o plano, pois entende serem rubricas diferentes. O Sr. Rogério colocou que não cogitou não aprovar a revisão do plano e sim retornar o TR para a CTINS, para indicar pontos específicos de revisão. Solicitando que seja nominando o que a empresa contratada deverá considerar no plano atual. A Sra. Paloma informou que o processo de licitação precisa ser iniciado esse ano, devido ao orçamento que deve ser utilizado esse ano, reforçando que a Litorânea poderá optar por não revisar o plano, porém ficará de fora da licitação. Pontuou que o comitê poderá direcionar melhor o plano quando a empresa contratada vier conversar com a CTINS, mostrando o que deve ser mudado e comparado com o plano atual. O Sr. Euclesio informou que querem que seja feita a revisão dentro dos critérios que eles estabelecerem e solicitou o prazo para pontuar as alterações necessárias, mostrando desde já o direcionamento necessário para



265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea

Secretaria Executiva: Rua Santo Antônio, 239 | Rebouças |

Curitiba/PR | CEP: 80.230.120

https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Comite-da-Bacia-Litoranea

a empresa. O Sr. Victor retomou sobre o que foi discutido até o momento no comitê, contextualizou que o TR foi feito por várias mãos e baseado nos TRs mais recentes que a ANA fez nos rios de sua competência, assim como, sendo um produto do Workshop sobre TRs que o IAT fez com a ANA para os CBHs do Paraná. Prosseguiu comentando que a parte de intervenções dos planos de bacia devem conversar com a expectativa da cobrança, sendo essa uma das intenções da realização das revisões, pois foi vencida a insegurança jurídica que existia para implementação da cobrança. Pontuou também que existiam planos de bacia muito antigos e outros incompletos, sendo que a atualização de todos os planos permitirá que os dados sejam elaborados em formatos que possam ser abastecidos no sistema SIGARH, pois facilitará o acompanhamento pela gestão, outorga e comitê, tendo abas para verificação das implementações e cobrança automatizada. Desta maneira, todos os comitês ficarão em equilíbrio, reforçando sobre a contratação das revisões e elaborações em lotes, trabalhando as bacias individualmente e o enquadramento de forma conjunta, uma vez que os rios são contínuos. Continuou explicando que o TR é um sumário do que deve ter no plano e que o primeiro produto é a adequação do TR às realidades de cada bacia, sendo que no valor da contratação, estão previstos aditivos. Explicou sobre a questão de aplicar o dinheiro da revisão do plano no programa de aplicações, porém isso não é possível, pois o valor foi aprovado pelo CERH especificamente para as elaborações e revisões dos planos, sendo que o programa de aplicações do plano deverá ser executado com o dinheiro da cobrança pelo uso de recursos hídricos. A Sra. Neiva questionou sobre a questão jurídica de modificar o TR posteriormente. O Sr. Euclesio respondeu que posteriormente será feito isso, mas que segue indicando já fazer algumas modificações. O Sr. Fernando pontuou que de 2019 até o momento existem muitos dados para serem atualizados e estudos realizados, sendo que logo estarão implantando a cobrança no comitê. Desta maneira, poderão executar ações do programa de intervenções e elencar as prioridades destes programas, finalizou dizendo ser fundamental aproveitar a oportunidade de atualizar o plano e que as demandas que vieram, serão implantadas com esse novo documento. O Sr. Victor complementou que os novos planos considerarão os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o enfrentamento de mudanças climáticas. A Sra. Paula informou que deve ser colocada a opinião do CBH Litorânea para o IAT, informando que o CBH quer saber quem irá executar as ações, assim como, pontuar a necessidade de aplicação dos recursos da cobrança. Questionou quem vai executar as ações relacionadas às mudanças climáticas, realizar as licitações necessárias, quem irá execu-



298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea

Secretaria Executiva: Rua Santo Antônio, 239 | Rebouças |

Curitiba/PR | CEP: 80.230.120

https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Comite-da-Bacia-Litoranea

tar ações de redução de carbono, plantio de árvores, enfim, quem irá executar as ações? O Sr. Euclesio concordou com a Sra. Paula e pontuou que a reunião está sendo gravada e a ata deverá conter todas as falas dos representantes, para ficar o alerta dos representantes e a confiança dos mesmos nas ações do IAT. O Sr. Rogério questionou sobre o prazo para edição de alguns parágrafos do TR. O Sr. Victor informou que o responsável pela parte administrativa e financeira do processo não estava disponível no momento, para passar com exatidão os prazos, mas informou que até o dia 10/12 deveria estar solicitado o empenho, para isso precisaria estar com o edital e TR pronto. Reforçou que as atividades de competência da Divisão de Comitês de Bacia já estariam encaminhadas e sugeriu que então a CTINS se reunisse o quanto antes para fazer essas solicitações. Informou que ele e a Sra. Paloma realizariam a inclusão do que fosse possível, pois quanto mais completo o TR, melhor para o processo. O Sr. Rogério pontuou na fala do Sr. Victor sobre a necessidade de incluir as solicitações do CBH já no TR e não esperar para fazer isso no primeiro produto. A Sra. Paloma sugeriu que em vez de chamar a CTINS, devido a agenda do coordenador, os representantes enviassem suas solicitações ao Sr. Euclesio e esse por sua vez para a Sra. Paloma, para então ela compilar essas informações no TR. Finalizou definindo prazo até o dia 25/10 para o envio dessas solicitações. O Sr. Euclesio questionou se os representantes concordavam e os mesmos informaram que sim. A Sra. Paloma apresentou a deliberação e sugeriu incluir um artigo sobre o encaminhamento feito pelos representantes. O Sr. Rogério informou concordar com a adição de um artigo na deliberação, incluindo o prazo passado aos representantes. O Sr. Paulo concordou com o encaminhamento, informando que na CTINS eles haviam lido o documento e que ele estaria muito completo, todavia, com as informações da presente reunião, a inclusão de novas sugestões seriam perfeitas para complementação. Foi incluído na deliberação o seguinte parágrafo único "Os representantes do CBH Litorânea definirão tópicos específicos que deverão ser trabalhados pela empresa contratada, com prazo até 25/10/2024 para envio de suas solicitações a secretaria-executiva". O Sr. Euclesio colocou a redação em aprovação, sem manifestações, a deliberação e inclusão da redação acima foi aprovada. O Sr. Euclesio informou sobre os próximos assuntos da reunião, especificamente a Expedição e o ECOB/24, pontuou o horário e comentou sobre a apresentação elaborada sobre o assunto. O Sr. Marcos questionou se poderia ser colocados esses itens na próxima pauta. O Sr. Euclesio informou que está na pauta atual e questionou o grupo se gostariam de manter as discussões sobre esses eventos ou incluir na próxima



Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea

Secretaria Executiva: Rua Santo Antônio, 239 | Rebouças |

Curitiba/PR | CEP: 80.230.120

https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Comite-da-Bacia-Litoranea

pauta, para poderem discutir de forma mais efetiva. A Sra. Paloma informou que caso fossem adiar os próximos 2 itens da pauta, deveria ser colocado em votação para constar em ata a decisão do comitê pelo adiamento. O Sr. Euclesio colocou em votação, sem manifestações contrárias, foi aprovado o adiamento dos itens 5. Resultados da expedição pela bacia Litorânea; 6. Resultados do 2º encontro estadual de comitês de bacia para a próxima reunião. **7. ASSUNTOS GERAIS:** A Sra. Paloma reforçou aos representantes sobre a importância de os representantes realizarem as capacitações disponibilizadas no grupo do comitê, sobre a gestão de recursos hídricos e a atuação dos representantes no comitê. E informou que o link da página de capacitação foi enviada a todos pelo e-mail e *whatsapp.* **8.ENCERRAMENTO:** O Sr. Euclesio abriu espaço para manifestações finais, sem mais manifestações, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

 Euclesio Manoel Finatti
Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea